



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DA**  
**UNIDADE DE CONTROLE INTERNO**

**Emitente:** Controladoria Geral Legislativa.

**Gestor Responsável Pelo Envio: Geraldo Singer**

Presidente da Câmara Municipal de São Roque do Canaã/ES

**Gestor Responsável pelas Informações: Geraldo Singer**

**Controlador Geral:** Deynel Meneghini

**Exercício:** 2019



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**TABELA 7 DO ANEXO II DA IN 43/2017**

**1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS:**

O presente Relatório e Parecer Conclusivo, emitido pelo Sistema de Controle Interno do Poder Legislativo Municipal, compõe a prestação de contas do Presidente da Câmara Municipal, relativo ao **Exercício Financeiro de 2018**, em atendimento ao disposto no artigo 74 da Constituição Federal, artigos 54 e 59 da Lei Complementar nº. 101/2000 (LRF), artigos 75 a 80 da Lei nº. 4.320/1964, e o anexo II, Tabela 07 da Instrução Normativa nº. 043/2017, do TCE/ES e suas alterações.

Para elaboração do presente relatório, O controle Interno, extraiu as informações dos documentos constantes na prestação de contas Anual, dos relatórios exigidos pela LRF – Lei complementar 101/2000 (relatório resumido de execução orçamentária e do relatório de Gestão Fiscal), todos referentes ao exercício financeiro de 2018.

O Objetivo deste trabalho é apresentar os procedimentos executados pelo Sistema de Controle Interno necessário para a formalização do Relatório Anual que integrará a Prestação de Contas a ser apresentada ao TCE-ES.

Diante desta realidade foram apresentadas sugestões básicas sobre os procedimentos administrativos mais comuns no Serviço Público Municipal, que envolve toda a estrutura organizacional da Câmara, evitando, contudo erros primários que podem ser detectados pela Auditoria Externa do Tribunal de Contas.

O trabalho insere-se no conjunto das ações de natureza pedagógica para orientar o Administrador quanto aos procedimentos



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ**

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

a adotar para gerir os recursos públicos com observância aos princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade, Eficiência, Eficácia e Economicidade.

### **2. ABORDAGENS DO RELATÓRIO**

A apresentação deste relatório consistirá no controle da execução orçamentária das despesas do Poder Legislativo Municipal, analisando os créditos orçamentários e adicionais, financeiros, despesas e repasses, gastos com pessoal, aplicação em manutenção, conforme a legislação pertinente, bens patrimoniais, licitações e contratos.

O escopo dos trabalhos para emissão do relatório e parecer conclusivo do controle interno, limitou-se à análise e avaliação dos procedimentos dos pontos de controle do **Anexo II**, da Instrução Normativa nº. 043/2017 do **TCE-ES** e suas alterações.

A análise e avaliação dos procedimentos dos pontos de controle do Anexo II foram realizadas com base nas informações extraídas dos sistemas do Setor de Contabilidade, Recursos Humanos, Almoxarifado e Patrimônio, bem como da análise das informações constantes da **PCA 2019**.

O conteúdo constante do presente relatório e parecer conclusivo consistem no atendimento a legislação vigente que resulta em ações demonstradas de forma geral, sintética e concisa, com suporte documental analítico de posse do Controle Interno, que terão como objetivos:

- Garantir a veracidade das informações e relatórios contábeis financeiros e operacionais;
- Prevenir erros e irregularidades e, em caso de ocorrência destes, possibilitar descobri-los o mais rapidamente possível;
- Localizar erros e desperdícios promovendo ao mesmo tempo a uniformidade e a correção ao registrarem-se as operações;



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ**

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- Estimular a eficiência do pessoal mediante a discussão e acompanhamento que se exerce através de relatórios e informações do controle interno;
- Salvarguardar os ativos e, de modo geral, obter-se um controle eficiente sobre todos os aspectos operacionais da entidade.

### **3. DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2019**

A Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2019 fixou a despesa orçamentária deste Poder no montante de **R\$ 1.299.000,00** (um milhão, duzentos e noventa e nove mil reais).

### **4. LIMITE DE GASTOS**

#### **4.1. LIMITE MÁXIMO DAS DESPESAS DO PODER LEGISLATIVO**

A partir da EC nº 58/2009, houve uma redução do duodécimo tendo em vista a fixação de um percentual menor daquele previsto na EC nº 25/2000, passando a surtir efeitos a partir de janeiro de 2010, sendo que sua vigência se deu a partir de 2009, na data de sua promulgação. Com base nos critérios estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 58/2009 e no caput do art. 29-A da CF/88, o valor do repasse do duodécimo será de: **R\$ 1.299.000,00** (um milhão, duzentos e noventa e nove mil reais).

#### **4.2. DO REPASSE DO DUODÉCIMO**

A Constituição Federal dispõe sobre limites de despesas com o Legislativo Municipal. A Emenda Constitucional nº. 25, de 14 de fevereiro de 2000, foi promulgada com o objetivo de editar regras e impor limites, que deverão utilizar como parâmetros a receita tributária e as transferências constitucionais.

O repasse deverá ser realizado até do dia 20 de cada mês, nos termos do art. 168 da Constituição Federal do Art. 57, inciso XX da Lei



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ**

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Orgânica, por sua vez, a Presidência deverá aprovar o quadro de quotas através de Decreto Legislativo, conforme disposto nos arts. 47 e 48 da Lei Federal nº: 4.320/64, conjugado com o art. 8º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.

Nos termos do Art. 29-A Inciso III da Constituição Federal, os cálculos para os repasses ao Poder Legislativo dos Municípios com população até 100.000 habitantes são de **7%** do somatório da receita tributária, **(IPTU, ISSQN, ITBI, IRRF e Taxas)** que são receitas derivadas de tributos em geral, ou seja, dos Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria, mais **o somatório da receitas de transferências correntes, previstas no § 5º do art. 153 e nos art. 158 e 159**, efetivamente realizados no exercício anterior.

### **4.2.1. Da base de cálculo:**

O somatório das receitas que compõe a base de cálculo de apuração do duodécimo do Poder Legislativo, importa em R\$ 21.625.036,02 (vinte e um milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, trinta e seis reais e dois centavos), conforme Balancete da Receita Orçamentária do exercício de 2019 do município. Abaixo estamos demonstrando o valor calculado a partir dessa base de cálculo.

| Apuração do Duodécimo                                    |                      |
|--|----------------------|
| Base de Cálculo de apuração para Repasse no ano de 2018. | <b>21.625.036,02</b> |
| Valor permitido para Repasse no ano de 2016: 7%          | <b>1.513.752,52</b>  |

### **4.2.2. Valores repassados**

Conforme valores registrados em nosso sistema contábil e nas demonstrações contábeis, em especial, o Anexo XIII e o Anexo XV, os valores transferidos pelo Poder Executivo no exercício de 2018 importam em R\$ **R\$ 1.299.000,00** (um milhão, duzentos e noventa e nove mil reais), estando em conformidade com o caput do art. 29-A da CF/88.



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**Do Repasse do Duodécimo**

|  |                     |
|--|---------------------|
| <b>Valor total permitido (7% exercício anterior)</b> | <b>1.513.752,52</b> |
| <b>Valor total repassado</b>                         | <b>1.299.000,00</b> |
| <b>Diferença</b>                                     | <b>214.752,52</b>   |

O valor do repasse do duodécimo recebido pela Câmara Municipal de São Roque do Canaã, no exercício de 2018 está em conformidade com as normas legais, conforme o quadro.

## **5. COMPARATIVO DA DESPESA REALIZADA NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS**

Estamos demonstrando abaixo os valores dos gastos orçamentários desse Poder, nos últimos três exercícios:

**Demonstrativo das Despesas Realizadas/Empenhadas nos Últimos Três Exercícios**

| <b>ESPECIFICAÇÃO</b> | <b>EXERCÍCIOS</b> |                  |                 |
|----------------------|-------------------|------------------|-----------------|
|                      | <b>2017</b>       | <b>2018</b>      | <b>2019</b>     |
| Despesa Corrente     | R\$ 1.093.735,00  | R\$ 1.125.776,18 | RS 1.220.436,22 |
| Despesa de Capital   | R\$ 10.364,60     | R\$ 14.052,10    | R\$ 7.609,00    |
| Total                | R\$ 1.104.099,60  | R\$ 1.139.828,28 | RS 1.228.045,22 |

## **6. DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

### **6.1. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (ANEXO XII)**

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário do período.



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Considerando que o Órgão não possui receita orçamentária e que suas despesas são realizadas com base na transferência de recursos financeiros efetuada pelo Poder Executivo, e denominado de duodécimo, apresentamos abaixo a movimentação do Balanço orçamentário:

| Exercício de 2019      | Despesa           | Despesa Realizada | Δ % Repres. | Despesa Realizada | Despesa Realizada |
|------------------------|-------------------|-------------------|-------------|-------------------|-------------------|
| DESPESA                | Fixada/Atualizada | EMPENHADA         |             | LIQUIDADADA       | PAGA              |
| DESPESA CORRENTE       | 1.291.000,00      | 1.220.436,22      | 99,38%      | 1.220.436,22      | 1.220.436,22      |
| DESPESA DE CAPITAL     | 8.000,00          | 7.609,00          | 0,62%       | 7.609,00          | 7.609,00          |
| RESERVA DE CONTIGÊNCIA | -                 | -                 |             | -                 | -                 |
| DESPESA TOTAL          | 1.299.000,00      | 1.228.045,22      | 100,00%     | 1.228.045,22      | 1.228.045,22      |

### 6 .1.1. Economia Orçamentária

Conforme demonstrado acima a despesa orçamentária fixada para o exercício de 2019, foi de R\$ 1.299.000,00 (um milhão, duzentos noventa e nove mil reais) e a despesa empenhada foi de R\$ 1.228.045,22 (um milhão, cento e vinte e oito mil, quarenta e cinco reais e vinte e dois centavos), que resultou em uma economia orçamentária de R\$ 70.954,78 (setenta mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e setenta e oito centavos), equivalendo a 5,46% do total fixado.

| Descrição  | Valor            |
|--|------------------|
| Transferências Financeiras Recebidas – duodécimo | 1.299.000,00     |
| Despesa Empenhada                                | 1.228.045,22     |
| <b>Resultado Superavitário</b>                   | <b>70.954,78</b> |





## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ**

### **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

#### **6.1.2. Dos Restos a Pagar**

Os restos a pagar representam as despesas que foram empenhadas e não pagas no decorrer do exercício. Do montante empenhado, de R\$ 1.228.045,22 (um milhão, cento e vinte e oito mil, quarenta e cinco reais e vinte e dois centavos), foi liquidado e pago em sua totalidade, concluindo consequentemente que não ficou restos a pagar do exercício de 2019.

#### **6.1.3. Das alterações orçamentárias**

No decorrer do exercício foram efetuadas alterações orçamentárias provenientes da abertura de créditos adicionais suplementares no montante de **R\$ 69.000,00** (sessenta e nove mil reais) e cuja fonte de recurso foi por anulação de dotação orçamentária, permanecendo assim o mesmo valor da fonte inicial.

O Poder Legislativo cumpriu com o percentual autorizado na Lei Orçamentária Anual de (12,5%) para a abertura de créditos suplementares no **orçamento de 2019**, utilizando o **percentual de 5,31%**, estando assim dentro do limite permitido pela legislação vigente.

**Quadro X – Créditos Adicionais**

|   |                  |
|---|------------------|
| <b>A</b> - Dotação autorizada na LOA/2019                     | R\$ 1.299.000,00 |
| <b>B</b> – Suplementação autorizada na Lei do Orçamento (5%)  | R\$ 64.950,00    |
| <b>C</b> - Créditos suplementares aberto no exercício         | R\$ 69.000,00    |
| <b>D = (C/A)</b> Percentual aplicado em relação ao autorizado | <b>5,31%</b>     |

##### **6.1.3.1. Dos créditos especiais**

Não houve a abertura de créditos especiais no exercício financeiro de 2019.





## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ**

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### **6.2. BALANÇO FINANCEIRO (ANEXO XIII)**

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. Dessa maneira, estamos apresentando abaixo a movimentação financeira das receitas e despesas apresentadas no balanço financeiro:

|   |                  |
|---|------------------|
| <b>Saldo do Exercício Anterior</b>          | <b>0,00</b>      |
| ( + ) Transferências Financeiras Recebidas  | 1.299.000,00     |
| ( + ) Entradas Extra-Orçamentárias          | 258.648,44       |
| ( - ) Pagamentos Orçamentários              | 1.228.045,22     |
| ( - ) Transferências Financeiras Concedidas | <b>70.954,78</b> |
| ( - ) Pagamentos Extra-Orçamentários        | 258.948,44       |
| <b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>      | <b>0,00</b>      |

#### **6.2.1. Cronograma de desembolso (art. 8º Lei Complementar nº. 101/2000)**

##### **6.2.1.1. Da análise financeira**

##### **6.2.1.1.1. Receita/Repasse**

| <b>Títulos</b>  | <b>Valor (R\$)</b> |
|---|--------------------|
| Transferência Financeira devida conforme art. 29-A, CF/88   | R\$ 1.299.000,00   |
| Valor transferido pela Prefeitura conforme art. 29-A, CF/88 | R\$ 1.299.000,00   |
| Diferença entre o valor devido e a transferência recebida   | R\$ 0,00           |

##### **6.2.1.2.2. Das Aplicações financeiras**

Os recursos financeiros recebidos pelo Poder Legislativo foram sempre depositados em conta Corrente (movimento) e automaticamente transferidos para uma aplicação financeira de resgate, também, automático. Ao qual, no final do exercício



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ**

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

financeiro obteve um rendimento Líquido de **R\$ 884,43** (oitocentos e oitenta e quatro *reais e quarenta e três centavos*), cujo total fora repassado aos cofres municipais, juntamente com o saldo não utilizado do duodécimo.

### **6.3. BALANÇO PATRIMONIAL (ANEXO XIV)**

O Balanço Patrimonial evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, representadas pelos grupos do Ativo, do Passivo e do Patrimônio Líquido e apresenta ao final da demonstração contábil, as contas de compensação onde estão registrados os atos que possam vir ou não a afetar o patrimônio.

Dessa forma estamos abaixo, evidenciando cada grupo contábil e suas alterações, destacando a composição do Ativo, do Passivo e do Patrimônio Líquido e de cada subgrupo contábil.

#### **6.3.1. Do Ativo**

O Ativo inclui as contas correspondentes aos bens e direitos, demonstrando a aplicação dos recursos. Nele as contas estão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez e cuja soma é de R\$ 58.718,14 (cinquenta e oito mil, setecentos e dezoito reais e quatorze centavos).

##### **6.3.1.1. Do Ativo Circulante**

O ativo circulante compreende as disponibilidades de numerário, os recursos a receber, as antecipações de despesa, bem como outros bens e direitos pendentes ou em circulação, realizáveis até o término do exercício seguinte. No Órgão, suas contas estão representadas pelos subgrupos: Caixa e Equivalentes de Caixa, Demais Créditos e Valores à Curto Prazo, Estoques e Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente. O valor total apurado no exercício é de R\$



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ**

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

3.813,43 (três mil, oitocentos e treze reais e quarenta e três centavos).

**Quadro – Ativo Circulante**

| <b>Títulos</b>   | <b>Valor (R\$)</b>   |
|--|----------------------|
| Caixa e Equivalentes de Caixa                            | R\$ 0,00             |
| Demais Créditos e Valores à Curto Prazo                  | R\$ 0,00             |
| Estoques   | R\$ 8.240,84         |
| Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente | R\$ 4.079,16         |
| <b>Soma</b>  | <b>R\$ 12.320,00</b> |

### **6.3.1.1.1. Estoques**

Os valores registrados no subgrupo Estoques representam os Bens em Almoxarifado relativos às aquisições de material de consumo no valor de R\$ 8.240,84 (oito mil, duzentos e quarenta reais e oitenta e quatro centavos).

### **6.3.1.2. Do Ativo Não Circulante**

#### **6.3.1.2.1. Do Imobilizado**

O Imobilizado está constituído por bens móveis e imóveis e cujo acumulado até o exercício é de R\$ 46.398,14 (quarenta e seis mil, trezentos e noventa e oito reais e quatorze centavos).

##### **6.3.1.2.1.1. Dos Bens Móveis**

O saldo das contas de bens móveis totaliza R\$ 46.398,14 (quarenta e seis mil, trezentos e noventa e oito reais e quatorze centavos), já deduzido o valor depreciado que foi de R\$ 46.885,27 (quarenta e seis mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e vinte e sete centavos).

### **6.3.2. Do Passivo**

O Passivo compreende as contas relativas às obrigações, evidenciando as origens dos recursos aplicados no ativo. As contas



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ**

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

desse grupo estão dispostas no plano de contas em ordem decrescente de grau de exigibilidade e são representadas pelos subgrupos Passivo Circulante e Não Circulante.

### **6.3.2.1. Do Passivo Circulante**

Não há nenhum registro de contas a pagar conforme demonstrado no Anexo XIV – Balanço Patrimonial.

### **6.3.2.2. Do Passivo Não Circulante**

O Passivo Não Circulante, segundo a Lei Federal nº 4.320/64, compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate. Também são classificadas nesse grupo todos os valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

### **6.3.3. Do Patrimônio Líquido**

O Patrimônio Líquido compreende o valor residual positivo entre o valor do Ativo e do Passivo. As contas desse grupo estão dispostas no plano de contas e estão representadas pelos resultados acumulados, distribuídos em superávits ou déficits do exercício e que no exercício foi um Superávit de R\$ 14.980,60 (quatorze mil, novecentos e oitenta reais e sessenta centavos), e Superávit de exercícios anteriores no valor de R\$ 786,38 (setecentos e oitenta e oito reais e trinta e oito centavos).

|                    |               |
|--------------------|---------------|
| Ativo              | R\$ 58.718,14 |
| Passivo            | R\$ 40.411,66 |
| Patrimônio Líquido | R\$ 18.306,48 |



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ**

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

### **6.4. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (ANEXO XV)**

#### **6.4.1. Das Variações Patrimoniais**

São transações que resultam em alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público, mesmo em caráter compensatório, afetando, ou não, o seu resultado.

São classificadas em Variações Patrimoniais Qualitativas, ou seja, aquelas que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o PL, determinando modificações apenas na composição específica dos elementos patrimoniais, e Variações Patrimoniais Quantitativas, ou seja, aquelas decorrentes de transações que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, podendo ser aumentativas ou diminutivas.

O artigo 104, da Lei 4.320/64 estatui que a "Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício."

#### **6.4.2. Da Evidenciação da Variação Patrimonial no Órgão**

Ao analisar o Anexo XV (Variações Patrimoniais), constatamos que houve um Superávit de execução orçamentária no exercício de 2019. Estamos apresentando abaixo a variação patrimonial ocorrida no patrimônio do Órgão.

| <b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS</b>                |                         |
|--|-------------------------|
| <b>VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA</b>      | <b>1.299.000,00</b>     |
| <b>Transferências e Delegações Recebidas</b> | <b>1.299.000,00</b>     |
| .Transferências Intragovernamentais          | 1.299.000,00            |
| <br><b>VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA</b>   | <br><b>1.309.328,41</b> |



## CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ

### ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

|   |                     |
|---|---------------------|
| <b>Pessoal e Encargos</b>                                 | <b>1.077.484,90</b> |
| .Remuneração a Pessoal                                    | 893.752,65          |
| .Encargos Patronais                                       | 183.732,25          |
| .Benefícios a Pessoal                                     |                     |
| <b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>    | <b>157.724,25</b>   |
| .Uso de Material de Consumo                               | 10.264,23           |
| .Serviços   | 135.217,90          |
| .Depreciação, amortização e Exaustão                      | 12.242,12           |
| <b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>     | <b>159,04</b>       |
| .Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos | 159,04              |
| .Variações Monetárias Cambiais                            |                     |
| <b>Transferências e Delegações Concedidas</b>             | <b>71.498,98</b>    |
| .Transferências Intragovernamentais                       | 71.498,98           |
| <b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>          | <b>2.461,24</b>     |
| . Diversas <b>Variações Patrimoniais</b> Diminutivas      | 2.461,24            |
| <b>RESULTADO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO</b>                 | <b>-10.328,41</b>   |

### 6.4.3. Da Evidenciação dos Fatos

Verificou-se que os procedimentos contábeis registrados na contabilidade em relação a execução orçamentária e patrimonial que concorreram para um resultado deficitário, foram:

- Da Variação Patrimonial Aumentativa:** representada pelo recebimento do duodécimo no valor de R\$ 1.299.000,00;
- Da variação Patrimonial Diminutiva:** representada pela execução orçamentária da despesa com pessoal e encargos, aquisição de bens de consumo e de serviços, ajuste de elementos patrimoniais decorrentes de depreciação, amortização e exaustão, que totalizam R\$ **1.309.328,41**;
- Transferências e Delegações Concedidas:** representa os valores pagos e ou devolvidos a outros órgão e entidades e que totaliza R\$ 71.498,98 e que nesse caso é a devolução a Prefeitura relativo a Duodécimo não aplicado.
- Do Resultado Patrimonial do Período:** representa a comparação



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ**

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

entre Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). Verificou-se que o resultado foi deficitavitário em R\$ -10.328,41.

Considerando o universo a que se referem os pontos de controle apontados neste relatório, os procedimentos foram realizados por amostragem, utilizando-se técnicas de auditoria governamental aplicáveis a cada caso.

A seguir apresentamos os procedimentos adotados, emitindo ao final, nosso parecer conclusivo.

### **15. PROCEDIMENTOS DE CONTROLE ADOTADOS**

#### **15.1 – Gestão Fiscal, Financeira e Orçamentária.**

|               |   |                            |   |            |
|---------------|---|----------------------------|---|------------|
| <b>15.1.1</b> | Despesa pública – criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa – estimativa de impacto orçamentário-financeiro. | LC 101/2000, art. 16       | Havendo criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental com consequente aumento da despesa, avaliar se os atos foram acompanhados de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício e nos dois subsequentes e se foram acompanhados por declaração do ordenador de despesas de que o aumento acarretado teve adequação e compatibilidade orçamentária e financeira com a LOA, com o PPA e com a LDO. | <b>SIM</b> |
| <b>15.1.2</b> | Despesa pública – criação ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa -  | LC 101/2000 , art. 17 § 3º | Havendo criação ou aperfeiçoamento de despesas de caráter continuado, avaliar se foram observadas as condições previstas no artigo 17, §1º da LRF e se os efeitos financeiros foram decorrentes do ato praticados não afetarão as metas fiscais dos exercícios seguintes e serão compensados por aumento permanente de receitas ou pela redução permanente de despesas.   | <b>SIM</b> |





**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

|  |   |   |  |            |
|--|---|---|--|------------|
| <b>15.1.3</b>  | Déficit orçamentário – medidas de contenção                             | LC 101/2000, art.9º   | Avaliar se foram expedidos atos de limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidas em lei, com vistas à contenção de déficit orçamentário.   | <b>SIM</b> |
| <b>15.1.4</b>  | Execução de despesas – créditos orçamentários                           | CRFB/88 art.167II   | Avaliar se houve realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excederam os créditos orçamentários ou adicionais.   | <b>SIM</b> |
| <b>15.1.5</b>  | Créditos adicionais – autorização legislativa para abertura             | CRFB/88, art. 167, inciso V, c/c art. 43 da Lei nº 4.320/64 | Avaliar se houve abertura de crédito adicional suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.  | <b>SIM</b> |
| <b>15.1.6</b>  | Créditos adicionais – decreto executivo                                 | Lei nº 4.320/1964, art. 42                                  | Avaliar se os créditos adicionais (suplementares ou especiais) autorizados por lei, foram abertos mediante edição de decreto executivo.  | <b>SIM</b> |
| <b>Nota Explicativa: Os créditos adicionais suplementares foram abertos por meio de Decretos do Poder Executivo.</b> |   |   |  |            |
| <b>15.1.7</b>  | Créditos orçamentários – transposição, remanejamento e transferências.  | CRFB/88, art. 167, inciso VI.                               | Avaliar se houve a transposição, remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.  | <b>SIM</b> |
| <b>15.1.8</b>  | Autorização legislativa para instituição de fundos de qualquer natureza | CRFB/88, art. 167, inciso IX.                               | Avaliar se houve instituição de fundos de qualquer natureza legislativa.   | <b>SIM</b> |
| <b>15.1.9</b>  | Realização de investimentos plurianuais                                 | CRFB/88, art., 167, § 1º.                                   | Avaliar se foram iniciados investimentos cuja execução ultrapasse um exercício financeiro sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão.   | <b>SIM</b> |
| <b>15.1.10</b>   | Créditos extraordinários – abertura                                     | CRFB/88, art., 167, § 3º                                    | Avaliar se houve abertura de crédito extraordinário para realização de despesas que não atenderam situações imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública observada no disposto no art.62 da CRFB/88. | <b>SIM</b> |



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

|   |   |  |  |                       |
|---|---|--|--|-----------------------|
| <b>15.1.11</b>  | Transparência na gestão instrumentos de planejamento e demonstrativos fiscais         | LC 101/2000, art.48 e atrs. 52 a 58 da LRF.                        | Avaliar se foi dada ampla divulgação em meios eletrônicos de acesso público, aos seguintes instrumentos: PPA, LDO, LOA, prestações de Contas Mensais e Anual, RREO e RGF, Pareceres Prévios emitidos por Órgão de Controle Interno e Externo, dentre outros. Avaliar, inclusive, se foram observadas as disposições contidas nos artigos 52 a 58 da LRF. | <b>SIM</b>            |
| <b>Nota Explicativa: Os instrumentos de planejamento elaborados pelo município de iniciativa do Poder Executivo, foram divulgados por meio de jornais, portal da transparência da Prefeitura e do Diário do Poder Legislativo, os quais foram apreciados em sessão, nessa casa leis, e os relatórios da LRF/RGF, fora também foi publicado.</b> |   |  |  |                       |
| <b>15.1.12</b>  | Transparência na gestão - execução orçamentário                                       | LC 101/2000, 48 e arts,48 a 58 da LRF.                             | Avaliar se foi objeto de divulgação, em tempo real, de informações pormenorizadas da execução orçamentária e financeira, observadas as disposições contidas no art. 48-A LRF.  | <b>SIM</b>            |
| <b>15.1.13</b>  | Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal - elaboração | LC 101/2000, arts. 52 a 55.Portaria STN nº 637/2012.               | Avaliar se os demonstrativos fiscais que integram o RREO e o RGF foram elaborados em observância às normas editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional.   | <b>SIM</b>            |
| <b>15.1.14</b>  | Contribuições previdenciárias - recolhimento  | Lei 9.717/1988, art. 1º, inciso II.                                | Verificar se as contrições previdenciárias ( patronal e retida dos servidores) e se os parcelamentos de débitos previdenciários estão sendo recolhidas regularmente e se o registro contábil das contribuições dos servidores e do ente estatal está sendo realizado de forma individualizada.   | <b>SIM</b>            |
| <b>15.1.15</b>  | Retenção de impostos, contribuições sociais e previdenciárias.                        | LC 116/2003, art.6º Decreto Federal nº 3.000/1999. Lei 8.212/1991. | Avaliar se foram realizadas as retenções na fonte e o devido recolhimento, de impostos, contribuições previdenciárias, devidas pelas pessoas jurídicas contratadas pela administração pública.   | <b>NÃO</b>            |
| <b>15.1.16</b>  | Pagamento de precatórios  | CRFB/88, art.100.  | Avaliar se os pagamentos de precatórios previstos na LOA obedeceram as disposições contidas no artigo 100 da CRFB/88.  | <b>NÃO SE APLIC A</b> |
| <b>15.1.17</b>  | Pagamento de passivos - ordem cronológica das exigibilidades                          | Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88,                        | Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.  | <b>SIM</b>            |



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

|                |   |  |   |            |
|----------------|---|--|---|------------|
|                |   | art.37.  |   |            |
| <b>15.1.18</b> | Cancelamento de passivos                                  | CRFB/88, art. 37, caput. Resolução CFC nº 750/1993.      | Avaliar se houve cancelamento de passivos sem comprovação do fato motivador.  | <b>NÃO</b> |
| <b>15.1.19</b> | Registros contábeis – normas brasileiras de contabilidade | Resolução CFC nº 750/1993 c/c NBC-T 16                   | Avaliar se os registros e as demonstrações contábeis foram realizados de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.  | <b>SIM</b> |
| <b>15.1.20</b> | Registros bens móveis e imóveis.                          | CRFB/ 88, art.37 caput c/c Lei 4.320/1964, arts.94 a 96. | Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens móveis e imóveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem com, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.  | <b>SIM</b> |
| <b>15.1.21</b> | Registros de bens permanentes                             | Lei 4.320/1964, art.94                                   | Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, a estrutura administrativa do órgão, de agente (s) responsável (is) por sua guarda e administração. | <b>SIM</b> |
| <b>15.1.22</b> | Despesa – realização sem prévio empenho                   | Lei 4.320/1964, art.60                                   | Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.   | <b>NÃO</b> |
| <b>15.1.23</b> | Despesa - liquidação                                      | Lei 4.320/1964, art. 63                                  | Avaliar se foram observados os pré-requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas.   | <b>SIM</b> |



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

|                |  |                                       |  |            |
|----------------|--|---------------------------------------|--|------------|
| <b>15.1.24</b> | Pagamento de despesas sem regular liquidação | Lei 4.320/1964, art.62.               | Avaliar se houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação.                                  | <b>SIM</b> |
| <b>15.1.25</b> | Despesa – desvio de finalidade               | LC 101/2000, art. 8º parágrafo único. | Avaliar se houve desvio de finalidade na execução das despesas decorrentes de recursos vinculados. | <b>NÃO</b> |

**15.2 - GESTÃO PATRIMONIAL**

**Quadro 36.**

| <b>CÓDIGO</b> | <b>PONTO DE CONTROLE</b>                             | <b>BASE LEGAL</b>  | <b>PROCEDIMENTOS</b>   | <b>VISTO</b> |
|---------------|--|--|--|--------------|
| <b>15.2.1</b> | Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação  | LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88    | Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.   | <b>SIM</b>   |
| <b>15.2.2</b> | Registro de bens móveis e imóveis                    | CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96. | Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens móveis e imóveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações. | <b>SIM</b>   |
| <b>15.2.3</b> | Cancelamento de passivos.                            | CRFB/88, art. 37, caput. Resolução CFC nº. 750/1993        | Avaliar se houve cancelamento de passivos sem comprovação de fato motivador.   | <b>NÃO</b>   |
| <b>15.2.4</b> | Disponibilidades financeiras – depósito e aplicação. | LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.   | Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.   | <b>SIM</b>   |



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**15.3 - LIMITES CONSTITUCIONAIS LEGAIS**

**Quadro 37.**

| <b>CÓDIGO</b> | <b>PONTO DE CONTROLE</b>                                     | <b>BASE LEGAL</b>             | <b>PROCEDIMENTOS</b>  | <b>VISTO</b> |
|---------------|--|-------------------------------|---|--------------|
| <b>15.3.1</b> | Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores - fixação     | CRFB/88, art. 29, inciso VI.  | Avaliar se a fixação do subsídio dos Vereadores atendeu o disposto no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88, especialmente os limites máximos nele fixados e a fixação de uma legislatura para outra.  | <b>SIM</b>   |
| <b>15.3.2</b> | Despesas com pessoal – subsídio dos vereadores - pagamento   | CRFB/88, art. 29, inciso VI.  | Avaliar se o pagamento de subsídios aos Vereadores obedeceu aos limites fixados no artigo 29, inciso VI, da CRFB/88.  | <b>SIM</b>   |
| <b>15.3.3</b> | Despesas com pessoal-remuneração vereadores                  | CRFB/88, art. 29, inciso VII. | Avaliar se o total da despesa com a remuneração dos vereadores ultrapassou o montante de cinco por cento da receita do Município.   | <b>SIM</b>   |
| <b>15.3.4</b> | Poder Legislativo Municipal – despesa total                  | CRFB/88, art. 29-A.           | Avaliar se o total da despesa do poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, ultrapassou os percentuais definidos pelo artigo 29-A da CRFB/88, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizadas no exercício anterior. | <b>SIM</b>   |
| <b>15.3.5</b> | Poder Legislativo Municipal – despesa com folha de pagamento | CRFB/88, art. 29-A, § 1º.     | Avaliar se o gasto total com a folha de pagamento da Câmara Municipal não ultrapassou setenta por cento dos recursos financeiros recebidos a título de transferência de duodécimos no exercício.  | <b>SIM</b>   |
| <b>15.3.6</b> | Despesas com pessoal- abrangência.                           | LC 101/2000, art. 18.         | Avaliar se todas as despesas com pessoal, inclusive mão de obra terceirizada que se referem à substituição de servidores, foram consideradas no cálculo do limite de gastos com pessoal previstos na LRF.   | <b>NÃO</b>   |
| <b>15.3.7</b> | Despesas Com pessoal limite                                  | LC 101/2000, arts. 19 e 20    | Avaliar se os limites de despesas com pessoal estabelecido nos artigos 19 e 20 LRF foram observados.  | <b>SIM</b>   |



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

|                |   |  |  |                       |
|----------------|---|--|--|-----------------------|
| <b>15.3.8</b>  | Despesa com pessoal – descumprimento de limites - nulidade do ato                                       | LC 101/2000, art. 21                   | Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal sem observar as disposições contidas nos incisos I e II, do artigo 21, da LRF.  | <b>NÃO</b>            |
| <b>15.3.9</b>  | Despesas com pessoal – aumento despesas nos últimos 180 dias do fim de mandato do ato - nulidade do ato | LC 101/2000, art. 21 parágrafo único.  | Avaliar se foram praticados atos que provocaram aumento das despesas com pessoal, expedidos nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do poder.   | <b>NÃO</b>            |
| <b>15.3.10</b> | Despesas com pessoal- limite prudencial - vedações  | LC 101/2000, art. 22, parágrafo único. | Avaliar se as despesas totais com pessoal excederam 95% do limite máximo permitido para o poder e, no caso de ocorrência, se as vedações previstas no artigo 22, parágrafo único, incisos I a V, da LRF foram observadas.  | <b>SIM</b>            |
| <b>15.3.11</b> | Despesas com pessoal – extrapolação do limite – providências  | LC 101/2000, art. 23                   | Avaliar se as despesas totais com pessoal ultrapassaram o limite estabelecido no artigo 20 da LRF e, no caso de ocorrências, se as medidas saneadoras previstas no artigo 23 foram adotadas.   | <b>SIM</b>            |
| <b>15.3.12</b> | Despesas com pessoal- expansão de despesas- existências de dotação orçamentária- autorização na LDO     | CRFB/88, art.169, § 1º.                | Avaliar se houve concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, inobservando a inexistência:<br><br>I – de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;<br><br>II – de autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista. | <b>SIM</b>            |
| <b>15.3.13</b> | Despesas com pessoal- medidas de contenção  | CRFB/88, art. 169, § 3º e 4º.          | Havendo extrapolação dos limites prudencial e máximo estabelecidos pela LRF para despesas com pessoal, avaliar se as medidas de contenção previstas no artigo 168 da CRFB/88   | <b>NÃO SE APLIC A</b> |



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

|                |  |                     |   |            |
|----------------|--|---------------------|---|------------|
| <b>15.3.14</b> | Obrigações contraídas no último ano de mandato | LC 101/2000, art.42 | Avaliar se o titular do Poder contraiu, nos dois últimos quadrimestres do seu mandato, obrigações que não puderam ser cumpridas integralmente dentro dele, ou que tiveram parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem suficiente disponibilidade de caixa. | <b>SIM</b> |
|----------------|--|---------------------|---|------------|

**15.4 – DEMAIS ATOS DE GESTÃO**

**Quadro 38.**

| <b>CÓDIGO</b> | <b>PONTO DE CONTROLE</b>                          | <b>BASE LEGAL</b>              | <b>PROCEDIMENTOS</b>   | <b>VISTO</b> |
|---------------|---|--------------------------------|--|--------------|
| <b>15.4.1</b> | Pessoal – função de confiança e cargos e comissão | CRFB/88, art. 37, inciso V.    | Avaliar se as funções de confiança estão sendo exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.  | <b>SIM</b>   |
| <b>15.4.2</b> | Pessoal – função de confiança e cargos e comissão | Legislação específica do órgão | Nos órgãos que dispõem de lei específica disciplinando condições e percentual mínimo dos cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, avaliar se a legislação específica esta sendo observada. | <b>SIM</b>   |
| <b>15.4.3</b> | Pessoal – contratação por tempo determinado       | CRFB/88, art. 37, inciso IX.   | Avaliar a legislação específica do órgão disciplinando a contratação por tempo determinado, observando se as contratações destinam-se ao atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público.   | <b>SIM</b>   |
| <b>15.4.4</b> | Pessoal – teto                                    | CRFB/88, art. 37 inciso XI.    | Avaliar se o teto remuneratórios dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu ao disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.   | <b>SIM</b>   |





**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

|               |   |  |  |            |
|---------------|---|--|--|------------|
| <b>15.4.5</b> | Realização de despesas sem previsão em lei específica | CRFB/88, art. 37, caput                            | Avaliar se houve pagamento de despesas com subsídios, vencimentos, vantagens pecuniárias e jetons não autorizados por lei específica.                      | <b>NÃO</b> |
| <b>15.4.6</b> | Segregação de funções                                 | CRFB/88, art. 37                                   | Avaliar se foi observado o princípio da segregação de funções nas atividades de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações. | <b>SIM</b> |
| <b>15.4.7</b> | Dispensa e inexigibilidade de licitação               | Lei 8.666/93, arts. 24, 25 e 26                    | Avaliar se as contratações por dispensa ou inexigibilidade de licitação observaram as disposições contidas nos artigos 24, 25 e 26 da lei de Licitações.   | <b>SIM</b> |
| <b>15.4.8</b> | Despesa - realização de despesas - irregularidades    | LC. 101/2000, art. 15 c/c Lei 4.320/1964, art. 4º. | Avaliar se foram realizadas despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas.                   | <b>SIM</b> |

### **Auditorias realizadas**

Não houve auditorias no período.

### **Parecer conclusivo**

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade do Sr. Geraldo Singer, *Presidente da Câmara Municipal de São Roque do Canaã*, relativa ao exercício 2019, com objetivo de:

- avaliar o cumprimento das metas previstas na lei de diretrizes orçamentárias e no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado e dos Municípios;
- comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração



## **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO ROQUE DO CANAÃ**

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

estadual e municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

- exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado e dos Municípios;
- apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis e as demais peças que integram a prestação de contas sob exame representam, ***adequadamente*** a posição orçamentária, financeira, patrimonial e de gestão fiscal, bem como, a prática de atos de gestão, no exercício a que se refere, observando-se a legalidade, legitimidade e economicidade na gestão dos recursos públicos, todavia torna-se necessário.

São Roque do Canaã-ES, 18 de março de 2020.

**Deynel Meneghini**  
Controlador Geral do Município